

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Correio Brasileiro*

Class.: *27*

Data: *2 de Dezembro de 1986*

Pg.: _____

Cimi condena Calha Norte

190
WILSON NOGUEIRA
Correspondente

Manaus "O projeto Calha Norte (a instalação de postos avançados do Exército, Marinha e Aeronáutica nas fronteiras do Brasil com os países do norte da América do Sul) é uma ameaça à sobrevivência dos povos indígenas da região, pois vão mexer com a organização Tribal, sob o pretexto de segurança, quando se sabe que a segu-

rança dos índios nunca foi prioridade em nenhum governo".

A declaração é do presidente nacional do Conselho Indigenista Missionário, Dom Klauter, que participa da reunião extraordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), regional Norte I, para elaboração de um documento da Igreja católica sobre o projeto Calha Norte. O presidente do Cimi disse que hoje à tarde a

CNBB irá divulgar o documento final, mas adiantou que todos os bispos da regional Norte I (Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre) estão preocupados com o projeto do Conselho de Segurança Nacional.

O Cimi, segundo Klauter, está analisando, inicialmente, as condições a que serão colocados os 50 mil índios que vão ser atingidos pelo projeto e que estão espalhados nos 6.500 quilômetros quadrados de abrangência do Calha Norte

(fronteiras do Brasil com a Colômbia, Venezuela, Guiana Suriname, e Guiana Francesa).

O governo, no entender do Cimi, estaria boicotando a criação do parque nacional dos índios Yanomami, localizado no nordeste do Amazonas e Sul do Território Federal de Roraima. E nessa região, rica em ouro, diamantes, bauxita e urânio que está sendo instalado o primeiro posto do Exército.

Calha Norte define estratégia

JOSE MATIAS PEREIRA

Colaborador

190
Para a maioria dos brasileiros, inclusive os da Amazônia, a denominação Projeto Calha Norte nada significa. Mesmo para os mais bem informados a resposta é: um projeto destinado a instalar oito bases militares, que vão desde o rio Oiapoque (divisa do Brasil com a Guiana Francesa) até o Solimões (na divisa com a Colômbia), numa faixa de fronteira de 6.500 quilômetros de comprimento por 160 quilômetros de largura (numa área que representa 14 por cento do território nacional).

Na verdade, o Projeto Calha Norte é muito mais que isso. Ele faz parte de um longo planejamento estratégico (sob inspiração de formulações geopolíticas desenvolvidas na Escola Superior de Guerra), que visa cristalizar a vocação continental do Brasil, o que significa garantir a integridade de política e econômica de seu território.

Nessa faixa fronteiriça com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa existem sérios conflitos deflagrados internamente (ou

mesmo latentes), entre garimpeiros, mineradores, indígenas e missionários, notadamente a noroeste de Roraima, próximo à fronteira com a Venezuela, na área de Serra Surucucus, bem como no Alto Rio Negro, próximo à Venezuela e a Colômbia, na região denominada "Cabeça de Cachorro".

Na área da Serra do Surucucus havia rumores da existência de uma proposta de organizações estrangeiras ligadas ao trabalho missionário, no sentido de transformar a região numa nação (estado) Yanomani (retalhando parte do território brasileiro e venezuelano), e que ficaria sob a tutela de organismos internacionais. Deve-se ressaltar que nessa região existe uma província mineral (identificada pela Companhia Vale do Rio Doce) com reservas de cassiterita estimada em cerca de 250 milhões de dólares além de outros minerais valiosos.

Na região denominada "Cabeça de Cachorro" estão ocorrendo atividades ilegais de mineração, contrabando e tráfico de

drogas. O mesmo está acontecendo na área de fronteira do Alto Solimões, entre Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia).

Vale destacar ainda os problemas que começam a surgir na divisa com a Guiana Francesa, em relação ao contrabando de minérios (ouro), pimenta-do-reino e palmito. Não pode ser desconsiderada também a disputa entre a Venezuela e a Guiana pela região de Esequibo, com sérios riscos de conflitos armados.

Após essas considerações fica claro que o Projeto Calha Norte (que tem um custo inicial de cerca de Cz\$ 1 bilhão, até 1990) tem validade pelas suas implicações político-econômicas. A implementação do projeto (que começará pela instalação dos novos pelotões de fronteiras), permitirá que as relações bilaterais com os países vizinhos se intensifiquem com base em interesses comuns, especialmente nos setores de construção de estradas, comércio e controle da fabricação e tráfico de drogas. O seu desdobramento certamente estimulará a reativação

do Tratado de Cooperação Amazônica (firmado em 1978), que previa intercâmbios nos setores tecnológico, científico e comercial (e que reuniu-se apenas uma vez, para tratar da questão da erradicação da febre amarela).

Para concluir, parece-me importante ressaltar que a ocupação da fronteira norte, além do aspecto geopolítico abordado, fomentará a criação de pólos de desenvolvimento, com uma consequente elevação do nível de renda da população, bem como permitirá o crescimento populacional dos núcleos urbanos da região. Em síntese, caso seja executado dentro dos padrões previstos, promoverá a importância da interação entre as teses geoeconômica e geoestratégica, tendo como principal variável a questão social.

(*) O autor, 35 anos, é economista do Instituto de Planejamento Econômico e Social, mestre em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília (UnB) e especialista em Assuntos Econômicos da Amazônia.